



PROGRAMA
DE AÇÕES
AFIRMATIVAS
UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Comissão de Acompanhamento dos Alunos
do Programa de Ações Afirmativas
Comissão de Acesso e Permanência
do Estudante Indígena

Estudantes Indígenas no Ensino Superior

UMA ABORDAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA UFRGS



ORGANIZADORES

Maria Aparecida Bergamaschi
Edilson Nabarro
Andréa Benites



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüler Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente



PROGRAMA
DE AÇÕES
AFIRMATIVAS
UFRGS

**COMISSÃO DE ACESSO
E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE
INDÍGENA**

Edilson Amaral Nabarro, presidente
Secretaria de Assistência Estudantil

Andréa dos Santos Benites
Pró-Reitoria de Graduação

Maria Aparecida Bergamaschi
Faculdade de Educação

Eduardo de Bastos Santos
Faculdade de Veterinária

José Otávio Catafesto de Souza
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Maria Adélia Pinhal de Carlos, COPERSE
Representante dos Estudantes Indígenas

Maria Antonieta Peruzzi

Patrícia Oliveira Brito
Secretaria de Assistência Estudantil

Bárbara Bomfim

Bolsista



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Comissão de Acompanhamento dos Alunos
do Programa de Ações Afirmativas
Comissão de Acesso e Permanência
do Estudante Indígena

Estudantes Indígenas no Ensino Superior

UMA ABORDAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA UFRGS



ORGANIZADORES

Maria Aparecida Bergamaschi
Edilson Nabarro
Andréa Benites

© dos autores
1ª edição: 2013

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Preparação dos originais e organização do material: Maria Aparecida Bergamaschi, Edilson Amaral Nabarro e Andréa dos Santos Benites

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão editorial: Fernanda Kautzmann e Rosangela de Mello
Editoração eletrônica: Alice Hetzel e Jaqueline Moura

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

U58e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estudantes indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas. Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

200 p. : il. ; 17,5x25cm

Apresentação de Rui Vicente Oppermann, Vice-Reitor da UFRGS

Inclui figuras e tabelas.

1. Educação superior. 2. Alunos indígenas – Ensino superior. 3. Acolhimento – Acompanhamento – Estudantes indígenas – UFRGS. 4. Ensino superior – Povos indígenas. 5. Ingresso – Permanência – Estudantes indígenas – UFRGS. 6. Relatório – CAPEIn – 2008-2011. 7. Programa de Ações Afirmativas – UFRGS. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas. Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena. II. CAPEIn. UFRGS. III. Título.

CDU 378.4 UFRGS

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0211-8

PERSPECTIVAS AMERÍNDIAS INTEGRADAS AO UNIVERSAL ACADÊMICO: O LUGAR DOS INDÍGENAS NA TRANSFORMAÇÃO POLIFÔNICA DA ESTRUTURA DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

José Otávio Catafesto de Souza*

1 *Introdução: a necessária integração estrutural dos diferentes*

Desde as primeiras universidades modernas até a realidade atual em que se faz crescente a presença de sujeitos com direitos especiais na UFRGS, muita continuidade e algumas transformações ocorreram na vida acadêmica enquanto reflexo do rearranjo das identidades políticas e culturais após a Segunda Guerra Mundial (Lévi-Strauss, 1952), em termos globais e de suas consequências no Brasil. É necessária clareza de entendimento sobre tais processos, porque eles fazem parte de mudanças estruturais em curso tanto na esfera internacional quanto na nacional, gerando sobre a vida acadêmica transformações que são concomitantes às inovações que se fazem em outras esferas das vidas pública e privada no País.

As universidades sofrem com as transformações mais amplas da sociedade. Na origem, o projeto de construção nacional foi idealizado por nossos políticos excluindo a plena participação dos grupos nativos e de outros grupos étnicos reduzidos à condição de trabalhadores braçais, desrespeitando sua autodeterminação coletiva e suprimindo seus acervos culturais milenares, na imposição apenas do Português enquanto língua oficial, do Cristianismo como credo nacional e tantos outros dispositivos (inclusive acadêmicos) de imposição de valores culturais importados de outros países centrais e assimilados pelas elites dirigentes do Brasil. Depois de 1988, a sociedade brasileira tornou-se definida constitucionalmente como sendo pluriétnica e multicultural, exigindo que todas as instituições (inclusive as universidades) façam sua adequação ao nosso novo projeto de comunhão nacional.

Isso implica não apenas aceitação dos diferentes e das diferenças dentro das instituições nacionais, mas também integrar outras perspectivas na construção de uma nova

* Doutor, professor no IFCH. Antropólogo Coordenador do LAE/IFCH/UFRGS.

compreensão sobre a universalidade, agora marcada pela pluralidade de demandas e de concepções divergentes sobre o mundo e sobre a existência humana no Planeta (Cardoso de Oliveira, 1988). Não se trata mais de manter a universidade apenas executando a adequação e a conformação dos diferentes aos padrões aceitos e impostos quanto a uma cidadania homogênea, individualista e considerada competitiva no mercado de oferta de bens e serviços. Agora é preciso transformar também a estrutura universitária para que os saberes divergentes de ameríndios, afro-brasileiros e de outras minorias tradicionais, antes excluídos como traços de ignorância pelo etnocentrismo ocidental abrazeirado, sejam reconhecidos no mesmo patamar de legitimidade acadêmica, teórica e científica que os conhecimentos advindos da Europa Ocidental e de seus apêndices na América do Norte.

A presença de estudantes indígenas na UFRGS é parte desse processo de transformação estrutural que ocorre também nas universidades brasileiras e é compreensível que o tema suscite tantas divergências, porque a mudança profunda das instituições depende de que os setores conservadores sejam provocados e manifestem seus argumentos contrários às mudanças, fazendo os preconceituosos saírem do silêncio e do anonimato que servem à manutenção dos antigos modos etnocêntricos de operação da academia. É fundamental começar pelo reconhecimento sobre a existência do racismo institucional e do preconceito étnico e racial para, um dia, superá-lo. Florestan Fernandes dizia que o preconceito do brasileiro é não ter, supostamente, preconceito.

As universidades brasileiras operam hoje cada vez mais distanciadas desse programa de normatização moralizadora que beneficiava apenas os idealizadores e operadores desse programa elitista. As mudanças estruturais esperadas também reverterão em benefício de grupos antes socialmente marginalizados e destituídos dos direitos fundamentais, culturalmente silenciados ou oficialmente desconhecidos, transformando as universidades em espaço e instrumento de reforço à autodeterminação de cada um dos grupos integrados à união nacional, também ao reconhecimento e à valorização de suas manifestações étnicas e à salvaguarda dos seus acervos culturais específicos enquanto formadores básicos da comunhão nacional.

2 Alternativas à centralidade da erudição abstrata nas universidades brasileiras

As mais antigas universidades modernas (europeias) surgiram definidas pela adesão às pedagogias rigorosas dos mosteiros e de mosteiros religiosos, junto ao hermetismo ritualístico das comissões de artes e ofícios restritas apenas a poucos e seletos iniciados. Na Modernidade (Dumont, 2000), o desenvolvimento do capitalismo impôs que o letramento deixasse de ser privilégio do clero, da aristocracia e de poucos especialistas para se tornar demanda crescente dos membros das classes médias à conquista de melhor colocação econômica e social.

A erudição universitária foi incorporada ao *habitus* da burguesia como marca distintiva (Bourdieu, 1996), aproximando-a ao luxo suntuoso da aristocracia decadente e afastando-a da miséria degradante do proletariado. Assim, o acesso às universidades tornou-se regulado pela distribuição desigual do capital econômico e do capital cultural entre grupos tratados de maneira assimétrica na distribuição dos produtos gerados pelo conjunto da sociedade. As letras foram privilégio do clero e da aristocracia que os burgueses copiaram e incorporaram junto ao fazer das artes e ofícios nas universidades. A diplomação tornou-se instrumento de ascensão social e forma de aproximação aos benefícios restritos às elites.

Europeus aristocráticos decadentes que aportaram aqui ainda mais presunçosos e excêntricos, transformando meros bacharéis em reconhecidos doutores, pois o diploma universitário fez a atualização dos processos de distinção social baseados em antigos títulos de nobreza (dom, duque, etc.) amplamente respeitados no período colonial (Freyre, 2003). No Brasil, a escolástica jesuítica imprimiu um caráter clássico e elitista ao saber escolar erudito, supervalorizando o fazer intelectual e gerando menosprezo pelo trabalho braçal (Holanda, 2006). A escola surgiu como instrumento de formação das lideranças para reforçar a clivagem entre os que mandam e os que obedecem no estabelecimento das relações sociais de produção e distribuição. Os ofícios mantiveram-se por muito tempo desqualificados socialmente, considerados apenas enquanto técnicas de execução e um trabalho menor em relação ao conhecimento abstrato e teórico encastelado nas universidades.

Embora as universidades brasileiras tenham sofrido adequações próprias à nossa realidade histórica, os diplomados no além-mar tornaram-se os mestres responsáveis pela criação dos primeiros cursos universitários no Brasil, reproduzindo essa ideologia etnocêntrica e referenciada à Europa como centro da civilização ocidental que se deve copiar. Aliás, sempre foi rotina das elites brasileiras copiarem os modismos importados da França, Inglaterra, Alemanha, etc. e isso também marca a realidade universitária até hoje no Brasil. Sempre foi necessário ao capitalismo internacional manter-nos como simples consumidores dos produtos e das tecnologias obsoletas vindas da Europa, além de fornecedores de matérias-primas baratas extirpadas de nossa rica ecologia.

O etnocentrismo europeu chegou, no Brasil, de maneira exacerbada desde a conquista, para justificar a submissão e a espoliação das populações nativas a serem civilizadas e substituídas por “gente de melhor qualidade”, daqueles que se satisfazem pela ética do trabalho individual tido como propósito último da existência terrena. O perfil eurocêntrico das elites políticas brasileiras é demonstrado pelo fato do incentivo imediato dado à imigração de alemães, trazidos ao Brasil apenas dois anos depois da independência. Os nativos, ameríndios e escravos negros, foram considerados incapazes de participar na construção nacional, fato raro na história mundial (Ribeiro, 1996). Até hoje, isso perdura camuflado pela acusação recorrente de falta de capacidade indígena ao trabalho produtivo, servindo como argumento para desmerecer os pleitos indígenas por terra ou

por incentivos à produção agropecuária. Não surpreende que esse tipo de preconceito apareça também entre alguns professores e alunos da UFRGS, quando tratam os estudantes indígenas como incapazes ou indisciplinados às demandas acadêmicas.

A ausência de agentes indígenas nas universidades brasileiras é um dado muito evidente que agora se pretende reverter, mas que reflete outro problema ainda mais fundamental e de mais difícil reversão: a exclusão dos diferentes originários é basicamente a exclusão das diferenças que eles carregam. É conveniente ao meio acadêmico apropriar-se, por exemplo, do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados para reivindicar direitos privados exclusivos sobre “princípios ativos” sintetizados desde um acervo nativo surrupiado das matrizes coletivas ameríndias. E o discurso científico fundamenta teórica e ideologicamente essa apropriação indevida. Assim, as diferenças são desconsideradas em termos de direitos à identidade e à autodeterminação, o que serve ideologicamente para justificar a alienação dos direitos autorais coletivos relacionados aos saberes e conhecimentos originários de origem multimilenar sobre o meio ambiente americano, nos últimos séculos cobiçados pela exploração capitalista, que é materialista e utilitarista.

As diferenças que se excluíram das universidades são as coletivas, culturais, étnicas e sociais por serem radicalmente divergentes do modelo individualista e competitivo que se quer inculcar como modelo de cidadania. Isso conta com a conivência e à conveniência de profissionais e estudantes universitários que tiram benefícios pessoais do processo de alienação dos saberes e recursos tradicionais, usurpados pelos executantes de uma ciência utilitarista para abastecer o mercado químico, alimentício, farmacológico, agrônomo, genético, etc. Em síntese, são as diferenças originárias americanas que se precisam resgatar através do ingresso especial de estudantes indígenas, aplicando efetivamente o exercício e a regimentação de uma universidade plural e polifônica, escapando dos estereótipos que sempre anularam as vozes e os saberes outros.

As universidades devem repudiar cada vez mais a anulação dos direitos autorais dos nativos sobre seus respectivos patrimônios materiais e imateriais, reconhecimento a grande sabedoria resguardada pelos coletivos ameríndios. O ingresso especial para estudantes indígenas nas universidades brasileiras objetiva contribuir na criação de relações acadêmicas mais simétricas (Latour, 2001) e repudiar o quadro de exclusão a que os povos autóctones americanos estiveram historicamente submetidos desde a origem do Brasil, exclusão fundamentada em preconceitos que se precisa ultrapassar, apesar das fortes manifestações de crítica por parte daqueles que dependiam da exclusividade de acesso ao ensino superior como estratégia de distinção social e de aproveitamento econômico privado dos corpos e mentes nativos.

3 Limites do etnocentrismo e do racismo na compreensão dos ameríndios

Da mesma maneira como o ingresso especial para estudantes indígenas tem revertido na manifestação de apoio de grande parte da comunidade acadêmica da UFRGS, também tem provocado argumentos pontuais de descontentamento e de resistência a esse processo de inclusão. É plenamente compreensível que o tema provoque tais divergências, porque está em jogo a disputa de interesses e de entendimentos sobre os propósitos últimos da universidade e do fim a que se destina o conhecimento por ela produzido. Estão em jogo também divergências de ideias sobre a alteridade cultural dos indígenas, por muitos tratados ainda a partir de projeções etnocêntricas, preconceituosas e anacrônicas que precisam ser ultrapassadas urgentemente.

Demonstrações de preconceito étnico e racial são enfrentadas de maneira recorrente pelos estudantes indígenas, particularmente na rotina dos cursos mais concorridos e de maior prestígio profissional. Assim, alunos reconhecidamente capazes em termos intelectuais (advindos geralmente de famílias abastadas) expressam argumentos que indicam a fixação mental em estereótipos equivocados que se projetam sobre os coletivos ameríndios no Brasil desde há muitos séculos. A aceitação passiva de tais distorções é reflexo daquilo que a educação fundamental, média e superior tem reproduzido na sua rotina escolar à formação da mentalidade dos estudantes brasileiros, mantendo estereótipos que se tornam reforçados pela atuação de muitos profissionais egressos das universidades ou que continuam atuando dentro delas. São consequências da manutenção de rotinas coloniais pelo Estado brasileiro até a atualidade (Oliveira, 1998), traduzindo também o desconhecimento da produção antropológica, histórica e etnológica sobre os índios por parte de professores e estudantes de outros cursos superiores de nossa universidade. Por isso, é sempre oportuno retomar lições básicas dessas ciências do social ao entendimento da conjuntura em que se faz o programa de ingresso especial e de permanência dos estudantes indígenas na UFRGS.

Apenas na segunda metade do século XX, depois da Declaração dos Direitos Humanos, foi que a questão da diferença cultural e étnica assumiu o patamar de reconhecimento pela legislação internacional, em consequência das perseguições feitas pelo nazismo contra ciganos, negros, judeus e homossexuais e pela mobilização do movimento negro na América do Norte. Organismos internacionais passaram a mobilizar esforços contra racismos e preconceitos étnicos, parâmetros adotados com o retardo de décadas por diversos países ocidentais, inclusive o Brasil.

Os preconceitos etnocêntricos contra indígenas foram fundamentais para consolidar a colonização europeia nas Américas desde 1492, a fim de justificar a exploração e a submissão das populações nativas e disfarçar que a civilização surgiu como enclave europeu de dominação em territórios previamente ocupados por povos originários. Nos primórdios, a ideologia colonial oscilou entre a redução dos coletivos ameríndios ao estado de natureza pura (índios entendidos como animais irracionais) ou ao de mentalidade

infantil incapaz; no primeiro caso, para justificar o extermínio e a exploração escravista pelo colonizador europeu, no segundo, para justificar a atuação da catequese religiosa na salvação da alma ingênua do nativo e o fazer civilizado pela pedagogia do trabalho dignificante. Além disso, toda resistência indígena à dominação colonial, as guerras intertribais e costumes como o canibalismo foram imediatamente tidos como obra do demônio dominando almas selvagens, heresia contra a civilização cristã e por isso reprimida pela “guerra justa” contra os infiéis.

Ao final do século XVIII, surgiu um novo parâmetro de entendimento sobre os indígenas além dos estereótipos coloniais que os entendiam como animais irracionais, bestas humanas, crianças incapazes ou selvagens canibais. O espírito romântico português possibilitou a origem de uma imagem do homem primevo enquanto um ser ingênuo e “nobre” por natureza (como Dom Quixote, de Cervantes, por exemplo), ao estilo do bom selvagem de J. J. Rousseau. A necessidade das elites brasileiras de fundamentarem uma identidade cultural de nação diferenciada da metrópole, depois da independência política em 1822, serviu de terreno fértil ao desenvolvimento da imagem do indígena nobre e puro, marcante no Romantismo literário no Brasil. Isso gerou a formação de um sentimento nacional de respeito aos indígenas que perdura até a atualidade principalmente no meio urbano brasileiro, mas que também produziu o efeito nefasto de gerar uma falsa imagem do autóctone brasileiro enquanto um índio genérico e puro. Esse estereótipo também precisa ser ultrapassado, porque uma das características mais marcantes dos ameríndios é sua sociodiversidade. Depois de todas as incontáveis perdas e extermínios culturais perpetrados pela civilização sobre os nativos americanos nos últimos quinhentos e vinte anos, ainda existem no território brasileiro mais de duzentas diferentes etnias indígenas que resistem e que esperam o reconhecimento oficial de sua autodeterminação, papel de que a UFRGS não pode se excluir.

Todas essas imagens possuem em comum produzir a distorção etnocêntrica sobre os grupos ameríndios, reproduzindo preconceitos europeus desligados da realidade empírica vivida pelos autóctones americanos. São imagens falseadoras, geradas no nosso passado colonial, mas que perduram em muitas cabeças ilustres da “elite” intelectual brasileira, demonstrando completo desconhecimento das lições geradas pela pesquisa em etnologia ameríndia ao longo do último século. As ideologias europeias justificaram teoricamente a exclusão dos nativos africanos e americanos do patamar de humanidade plena, justificando sua alienação e programando seu desaparecimento cultural pela ação arbitrária e tutelar (Lima, 1995) dos agentes do Estado.

Mesmo o desenvolvimento da ciência antropológica, desde o começo do século XIX, ainda não permitiu suprimir completamente a aceitação dessas distorções (como acontece ainda, mesmo dentro da UFRGS!), pois algumas delas receberam reforço ao serem justificadas por argumentos teóricos que fornecem aparência de suposta objetividade aos valores etnocêntricos do passado colonial. A corrente antropológica do evolucionismo serviu aos propósitos materialistas do capitalismo, classificando os grupos humanos em

estágios evolutivos e reduzindo os nativos americanos ao patamar de selvagens primitivos; ou melhor, reduzidos ao papel de trabalhadores braçais e à mercê do abuso sexual e de outras tantas formas de exploração que permitiram o aparecimento do capitalismo no Brasil.

A capacidade psicológica dos indígenas foi entendida como precária e ilusória, uma espécie de mentalidade infantil, mágica e animista evidenciada pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas que tinham essas sociedades. O materialismo mecanicista impôs a ideia errônea de que a capacidade intelectual dos ameríndios era extremamente limitada, já que eles viviam uma vida supostamente rudimentar e sofriam de profunda precariedade em termos tecnológicos. O etnocentrismo não foi neutralizado, mas reforçado pela antropologia científica que nascia. A tecnologia industrial tornou-se o padrão máximo de referência e comparação entre os povos, desconsiderando o fato de que, independentemente da avaliação questionável sobre sua suposta precariedade técnica, a mentalidade dos ameríndios sempre esteve em pé de igualdade psicológica e intelectual com o europeu e seus descendentes americanos. Essa verdade é fruto daquilo que a atual antropologia formula, algo que os evolucionistas não queriam aceitar, mas que deve ser reconhecido plenamente entre todos os docentes e discentes do Brasil.

O evolucionismo antropológico é uma derivação extrapolada da teoria da evolução biológica que serviu para dar *status* científico às regras típicas do liberalismo econômico (competição, seleção dos mais fortes, etc. tidas como leis naturais). Não se deve negar que o evolucionismo gerou reflexos positivos na antropologia, pois serviu ao reconhecimento de que todos os humanos, mesmo os negros e índios, fazem parte de uma única e mesma humanidade (são *homo sapiens*), mas também reificou a assimetria entre os industriais descendentes de europeus e o primitivismo dos selvagens americanos, justificando cientificamente a subordinação tutelar dos nativos em toda a Ásia, África, Oceania e Américas.

O Positivismo (de Auguste Comte) desdobrou-se dessa hierarquização teórica que desqualifica a capacidade mental dos indígenas (considerados fetichistas) para se tornar a base teórica de construção do projeto nacional ao longo da República até a atualidade (afinal, seu lema continua estampado no pavilhão nacional: “Ordem e Progresso”), difundido pelas lojas maçônicas e incorporado ao pensamento político dos militares brasileiros. Os índios passaram a receber tratamento especial, paternalista e exclusivo pelo Estado brasileiro através de uma agência indigenista criada centralmente para integrá-los pelo regime da tutela, porque os índios foram considerados semicapazes e o Estado assumiu a responsabilidade (autoritária) de promover sua transformação necessária em camponeses produtores e, assim, cidadãos civilizados. A República militar brasileira foi muito mais do que presunçosamente etnocêntrica, ela foi etnocida (exterminadora de etnias diferentes – Clastres, 1978), porque promovia oficialmente o desaparecimento e a extinção da diferença radical dos coletivos ameríndios para reduzi-los pela exploração de seus corpos, para torná-los alienados de seu próprio trabalho, de seus territórios tradicionais e de seus meios culturais de produção e reprodução social.

A teoria evolutiva na antropologia perdeu sua validação científica ao longo do século XX por causa das críticas contundentes geradas pelo relativismo cultural e pela abordagem sociológica, ambos fundamentados no acúmulo de resultados das pesquisas etnológicas desenvolvidas junto a povos tradicionais em todo o globo. Foi completamente refutada a falsa ideia sobre uma suposta deficiência mental dos aborígenes, sendo reforçada a constatação sobre a profundidade e complexidade do “pensamento selvagem”, do tipo de pensamento que os ameríndios possuem, reconhecido pela antropologia enquanto capaz de produzir formas próprias de conhecimento objetivo e detalhado sobre as coisas e entes do mundo, uma verdadeira ciência do concreto (Lévi-Strauss, 1997).

No entanto, mais recentemente houve o revigorar do evolucionismo antropológico através de teorias raciológicas e do neoevolucionismo, que pretendem reduzir a explicação das diferenças de comportamento humano e de cultura ao nível da fisiologia e da genética. Assim, o etnocentrismo e o racismo continuam a reforçar suas crenças sobre a suposta inferioridade ou tendências criminosas dos ameríndios e africanos e seus descendentes mestiços, renovando a ideologia que defendia uma eugenia ariana ou caucasiana como única alternativa de ordem e de progresso ao Brasil.

4 Reconhecendo a legitimidade contemporânea das alteridades originárias americanas

A ciência reproduz as diferentes tomadas de posição existentes na sociedade mais ampla e é óbvio que o neoevolucionismo e o racismo continuam a cativar adeptos dentro e fora das universidades, lamentavelmente menos explícitos do que deveriam ser para gerar o necessário confronto de ideias e evidenciar os interesses em jogo. Entretanto, a construção de uma universidade plural é um programa que veio para acabar definitivamente com a exclusividade de gestão e de acesso ao meio acadêmico por parte dos egressos de elites etnocêntricas e autoritárias que se defendem por trás dos títulos acadêmicas e do escudo científico.

Essa é a principal diferença do novo modelo de universidade a construir: também colocar os diferentes na gestão da academia para torná-la plural e diversificada tanto quanto a sociedade que a mantém. O modelo participativo impõe-se como método de supressão da assimetria colocada historicamente em favor de poucos que se consideravam mais letrados, mais inteligentes, mais capazes e que silenciavam e faziam desconhecidos os outros em suas vontades e expectativas coletivas. A antropologia foi fundamental nesse processo, ao fornecer elementos conceituais que tornaram conscientes as assimetrias que fundam nossa sociedade nacional, permitindo programar essa reviravolta pela equalização social, de maneira a extrair dela resultados institucionais dentro das universidades.

Como vimos, foi necessário um largo percurso cronológico até que surgisse espaço científico de aceitação sobre a plenitude intelectual, moral e técnica dos nativos fora

da Europa e antes de sua aculturação civilizada. Foi preciso que se criasse o método etnográfico para exigir do pesquisador um mergulho aprofundado no modo de vida e na linguagem dos grupos pesquisados antes de expressar qualquer formulação conceitual sobre eles. Na busca de reconhecimento e compreensão da “visão do nativo”, Bronislaw Malinowski formulou o método da observação participante em 1922 a partir de seu convívio intenso com os nativos das ilhas Trobriand e, desde então, tornou-se rotina necessária a qualquer pesquisa antropológica que se queira rigorosa.

O evolucionismo não teve base empírica de sustentação porque sua teoria foi demasiadamente genérica, mantendo sua validade relativa apenas no caso do estudo comparativo entre as diversas etapas fósseis de evolução biológica dos homínidas que antecederam nossa espécie atual. Não existe mais como sustentar a hipótese de que os povos aborígenes (selvagens ou bárbaros) são representantes de etapas precárias do passado da nossa humanidade civilizada. Já não é mais possível aceitar que os nativos sejam apenas marionetes inconscientes da tradição coletiva que os governa como supuseram os evolucionistas. Isso servia para destituir arbitrariamente a historicidade e o protagonismo como traços presentes na capacidade mental dos nativos, para reduzir sua diferença pela ideia distorcida de “fóssil vivo”.

Pelo contrário, os estudos da paleontologia humana apontam atualmente para o fato de que nada de novo aconteceu na anatomia e no funcionamento do cérebro humano nos últimos 90 ou 100 mil anos, desde que surgiu a espécie humana atual. Se a massa cefálica dos ameríndios tem a mesma estrutura, conformação e volume que a dos europeus, como se pode ainda defender uma suposta inferioridade dos primeiros? Se todos nós fazemos parte de uma única e mesma espécie animal, como manter a crença sobre supostas inferioridades ou superioridades raciais de populações que sempre estiveram aptas e executantes do entrecruzamento genético e do intercâmbio cultural?

Por outro lado, a necessidade de promover a catequese e a conversão das populações nativas em todo o globo exigiu que as ordens religiosas e setores ligados à Igreja Católica promovessem o conhecimento das línguas desses povos a serem colonizados. A linguística é uma ciência muito antiga, por conta dessa herança de estudos dirigidos inicialmente a produzirem a tradução da Bíblia e da eucaristia nas línguas faladas pelas populações a converter. No final do século XIX, os estudos linguísticos de povos nativos tiveram grandes avanços, agregando seus resultados aos obtidos pela pesquisa etnográfica que nascia. O aprendizado da língua dos nativos tornou-se condição prévia para qualquer investigação científica em antropologia, pois pela linguagem se podem acessar dimensões fundamentais como a cosmologia, a mitologia e a consciência histórica das coletividades estudadas.

Nos primórdios, antropólogos e linguistas acreditavam que as culturas e as línguas humanas teriam surgido no passado pré-histórico, em decorrência de um suposto isolamento geográfico dos povos ao longo de milênios. Cada cultura se teria supostamente mantido pura, mítica e fora da história até que a expansão econômica da civilização

ocidental teria provocado um colapso radical dela, levando ao desaparecimento das alteridades primitivas e de seus respectivos acervos culturais de forma geral. Com o desenvolvimento teórico da antropologia na direção do estruturalismo, do simbolismo e das teorias da prática, hoje os antropólogos aceitam a explicação de que a diversidade de costumes, de culturas e de línguas é mais o resultado de contatos e de trocas culturais do que do isolamento. Assim, a crença sobre uma suposta homogeneidade social futura, em que todos nós estaríamos compartilhando uma mesma e única cultura ou sociedade globalizada caiu por terra. Hoje somos capazes de reconhecer que as tendências de diferenciação cultural e social estão sempre se refazendo e se renovando em frente aos nossos olhos, mesmo com todos os mecanismos de controle e de massificação do comportamento humano (o consumismo, por exemplo) à disposição da indústria cultural. O simples fato de se criarem desigualdades econômicas entre grupos sociais já é um forte fator de diversificação cultural.

No Brasil, os primeiros indigenistas e etnólogos acreditavam que os índios eram sujeitos do passado e que suas culturas não conseguiriam resistir aos avanços da civilização. Por isso, os intelectuais das universidades lançavam-se aos estudos etnológicos imbuídos de propósitos folclóricos e salvacionistas: era preciso registrar as culturas indígenas antes que elas desaparecessem! No entanto, muitas etnias indígenas sobrevivem depois de séculos de contato e ainda lutam por sua existência no nosso País, ultrapassando o veredito pessimista dos cientistas que as estudaram e dos indigenistas que administravam a assimilação completa dos nativos à sociedade nacional. Hoje, os índios andam vestidos, moram em cidades e usam computadores e aparelhos celulares, sem que tais costumes lhes tenham produzido um apagamento dos valores tradicionais de suas coletividades de origem ou uma alteração radical em seus estilos de vida e concepções de mundo. A presença dos estudantes indígenas nas universidades é uma cabal demonstração de que os ameríndios são, além de personagens do passado e do presente, agentes de transformação dos seus próprios destinos e, ainda mais fundamentalmente, do futuro do nosso País.

Resguardar o direito dos estudantes indígenas a manterem vivas suas identidades étnicas e o respeito delas dentro das universidades são avanços políticos importantes que se devem louvar e ampliar. A importância de integrar a diferenças (indígena, quilombola e outras) é que elas podem servir à reestruturação polifônica desejada ao nosso universal acadêmico, já que tais diferenças podem servir como parâmetro reflexivo sobre os limites de nosso modelo de civilização, pois aprendemos a tornar familiar o que nos parece exótico para, a seguir, aprender a produzir estranhamento sobre aquilo que para nós é tão familiar e, por isso, mantido no campo do impensado (é, assim, naturalizado). Esse é o exercício da razão reflexiva proposto pela antropologia: o outro pode servir como espelho para a compreensão de meu próprio mundo e de minha existência pessoal nele.

Disso deriva a consciência atual sobre nosso próprio etnocentrismo e de aceitação sobre os limites produzidos pelos preconceitos étnicos e raciais sobre nossa mentalidade civilizada. Hoje, a antropologia traz referenciais que permitem realizar o “descentramento”

em relação aos nossos próprios valores, adotando o relativismo cultural que coloca todas as culturas e comportamento em posição simétrica e relativa.

Enquanto o racismo naturaliza as diferenças e as hierarquiza, a antropologia contemporânea atribui, cada vez mais, o comportamento humano a causas históricas, sociais e culturais. Apenas assim é possível explicar a existência das diferenças culturais que se proliferam e da independência de intenções existentes dentro de cada uma das coletividades que compõem a existência humana no Planeta. As abordagens sociais e culturais geraram a constatação sobre a grande variabilidade de sentidos e de processos de identidade colocados na história, todos tão simbólicos e abstratos quanto nossos parâmetros de construção nacional, religiosa ou científica.

A ciência moderna cresceu motivada pelos princípios do nacionalismo, assim também a primeira antropologia. Naqueles tempos, as elites colocaram-se no papel de idealizadoras e gestoras seletas dessa nação abstrata e homogênea a construir. A mestiçagem forçada surgiu como alternativa de construção populacional do brasileiro genérico e a supressão da “indianidade” e da “negritude” tornou-se condição fundamental para o acesso aos direitos fundamentais de cidadania. Atualmente, esse projeto nacional mudou para integrar as alteridades ameríndias e executar seus direitos originários, ao ponto das lideranças indígenas reivindicarem que o Brasil é um país internacional, isto é, composto por centenas de nações diferentes arranjadas dentro de um mesmo território.

A antropologia aprendeu com os grupos selvagens, bárbaros, aborígenes e tribais a realizar seu trabalho, principalmente em função da radical diferença social e cultural que eles possuíam e possuem em relação aos padrões ocidentais. Foi preciso que os antropólogos neutralizassem a perspectiva do exotismo para realizar a operação mental de transformar o exótico em familiar, ou seja, conseguir mergulhar no modo de vida dos nativos estudados para compreender sua concepção de mundo e os valores que norteiam sua existência diversa.

Agora chegou o momento de revertermos esse método de observação e análise etnográfica sobre nós mesmos e constatar que nós também somos iludidos por nossas crenças e por nossos valores conservadores e tradicionais, que nós também somos marcados pela cosmologia fetichista e pelos mitos materialistas da nossa sociedade de origem. A ciência é apenas outra forma criada (a nossa) para fundamentar crenças coletivas e ela ainda é incapaz de ultrapassar os limites psicológicos inerentes à nossa espécie humana. Nosso cérebro continua tão sábio, tão demente, tão racional e tão simbólico quanto antes da existência da ciência materialista na modernidade.

A presença dos estudantes indígenas na UFRGS é uma oportunidade singular para fecharmos esse circuito que nos fez, primeiro, viajar aos territórios distantes para encontrar a diferença cultural dos nativos e reconhecer a existência de outras formas legítimas de cumprir a existência humana no Planeta; agora, sentados em nossas escrivinhas acadêmicas, depois de voltar dessa viagem, é preciso aceitar que os nativos distantes venham nos visitar, aprender, competir e compartilhar conosco dentro de nosso espaço

íntimo de vida, para que troquemos experiências e descubramos juntos sobre as motivações que nos fazem – índios, negros, brancos ou mestiços – passageiros deste mundo e empreendedores de tantas e recíprocas viagens de reconhecimento mútuo. Assim ampliamos a fusão de nossos horizontes culturais através da universidade.

5 Construindo simetrias acadêmicas a partir da polifonia ameríndia

A conjuntura em que se dá a integração dos estudantes indígenas na UFRGS é parte de um processo mais amplo e profundo de transformação social, talvez mesmo ao nível da estrutura de nossa civilização mundial em seus reflexos sobre o País. Não existem meios de prever quais os rumos que essa transformação vai tomar, mas é ainda difícil supor que o utilitarismo econômico ceda espaço aos direitos originários dos coletivos ameríndios sobre as terras e seus recursos, para assim deixar construir um modelo de gestão “internacional” do Brasil, em que cada um e todos os coletivos ameríndios tenham vez e voz na definição dos programas de governo e na definição das políticas que os atingem.

Os avanços constitucionais no reconhecimento de direitos especiais para indígenas e negros explicitou a grande profundidade das contradições sociais presentes no País, pois a execução das demandas étnicas diferenciadas ocorre de maneira muito lenta, limitada pelo protecionismo e pelo assistencialismo dos que, representando as agências estatais criadas para isso, seguem tratando as coletividades nativas reduzidas pelos estereótipos de populações vulneráveis e miseráveis. Ao mesmo tempo, observamos no Brasil uma ferrenha mobilização política e partidária de proprietários rurais, de representantes do agronegócio e até de parcela de produtores familiares contrários à perda de direitos privados sobre as terras e invejosos dos benefícios compensatórios que as últimas gestões do Estado brasileiro têm destinado aos coletivos ameríndios e quilombolas.

O atendimento das demandas especiais para índios e negros é justificado geralmente apenas pelo argumento de medidas compensatórias, o que é correto se pensarmos que historicamente o Estado brasileiro sempre prestou fartos subsídios em favor daqueles que chegaram vindos da Europa e para seus descendentes através de financiamentos à obtenção de terra e à produção agropecuária e industrial. Muito justo, não fosse o fato também histórico de que esse processo lesou profundamente os direitos originários e afro-brasileiros, na medida em que as terras foram tiradas dos indígenas através de violência física e cultural, os corpos indígenas e negros foram usados e abusados pelos agentes privados com incentivos do Estado, os recursos naturais dos territórios ameríndios e quilombolas explorados intensivamente ao ponto da exaustão. Tudo em benefício à *ordem* branca e ao *progresso* utilitarista no Brasil, gerando, em contrapartida, danos irreparáveis sobre os coletivos originários e afro-brasileiros em termos de mortandades, de doenças, de violência física e sexual, em termos de alienação da força de trabalho e dos conhecimentos tradicionais, em termos de marginalização e preconceito.

Nada mais justo, portanto, do que fazer o Estado brasileiro se comprometer em reverter parte dessas perdas e assumir politicamente esse compromisso de compensação. É marcante, entretanto, como muitas vezes se levantam atualmente em todo o Brasil para acusar uma suposta parcialidade do governo em atender especialmente as demandas dos indígenas e dos negros. Na UFRGS, diversos estudantes e alguns professores fizeram esse questionamento com relação ao programa de ingresso especial dos índios, ao ponto dessa atenção ser repudiada pela ideia de que ela faria negros, indígenas e estudantes egressos das escolas públicas entrarem na universidade pela porta de trás (como fazem os serviços), quando eles deveriam entrar pela “porta da frente”, pelo ingresso supostamente “universal”, como é considerado o vestibular.

É errado supor que o ingresso especial para estudantes indígenas na UFRGS seja algo como dispor as portas do lado ou de trás para eles entrarem. Isso demonstra como são duradouros os estereótipos que naturalizam a assimetria social e a marginalização histórica dos coletivos tradicionais na cabeça dos intelectuais das universidades. É melhor pensarmos esse programa traduzido pela imagem de entrada dos índios através de um tapete vermelho colocado no centro da porta de frente da nossa universidade. É assim que a presença indígena se tornou, na UFRGS, um fato de grande importância e notória visibilidade, ao ponto de provocar inflamadas manifestações de repúdio e aceitação.

Portanto, não se pode reduzir todo esse processo pelo conceito de medidas compensatórias, pois elas também possuem o caráter de ações afirmativas; ou seja, a atenção especial às demandas diferenciadas não segue o programa assistencial e paternalista, nem reduz os coletivos indígenas à condição de miséria e vulnerabilidade. Os preceitos constitucionais seguem os princípios de respeito, reconhecimento e salvaguarda dos patrimônios materiais e imateriais, de sobrevivência populacional e de autodeterminação para todos os grupos existentes dentro do território nacional. O caráter afirmativo busca a elevação da autoestima de grupos historicamente desfavorecidos, para que eles recuperem condições de protagonismo e ingerência sobre sua existência e seu futuro enquanto coletividade especial dentro do território nacional.

Há tantas demandas urgentes que não se realizam aos coletivos ameríndios no Brasil em termos de direitos básicos em saúde, saneamento, produção, educação e patrimônio cultural, sem esquecer o problema básico que é o acesso aos territórios tradicionais. Em todas essas questões, as vozes indígenas ainda são escutadas de maneira precária pelos agentes da pátria, geralmente apenas em situações especiais de conflito e de manifestação política. Por isso, a iniciativa da UFRGS de executar o programa de ingresso especial e permanência para estudantes indígenas é uma iniciativa de grande pertinência social e já exitosa em resultados. As universidades aparecem como um espaço fundamental para suprimir as assimetrias sociais, elevando a imagem dos índios da condição de incapazes à de interlocutores conscientes e autodeterminados; ainda mais, críticos do nosso modo de vida e dispostos a contribuir com seus saberes na reconstrução plural da sociedade nacional.

A UFRGS dá um passo importante nesse processo de fazer repercutir as vozes e as vontades dos agentes originários, dando-lhes ferramentas intelectuais para avançarem no reconhecimento de seus direitos e satisfazerem seus projetos pessoais de profissionalização, agora inseridos de maneira mais digna na distribuição e reconhecimento de benefícios gerados dentro da sociedade nacional. As transformações esperadas ainda dependem de muitas pequenas ações e o objetivo deste texto é contribuir nessa direção.

O propósito último aqui é ajudar na neutralização do preconceito contra indígenas e negros dentro do meio acadêmico, para que cada um dos estudantes diferentes conquiste legitimidade, como interlocutor consciente e reflexivo, no debate diário que se faz sobre os rumos a serem tomados pela nossa universidade e pelo País. É preciso ampliar nossa comunidade de argumentação (Cardoso de Oliveira, 1988) para torná-la ainda mais polifônica, para reconhecer índios, negros e outros diferentes enquanto interlocutores legítimos nos debates e reflexões contemporâneas em todas as ciências, na filosofia e nos programas políticos a dirigirem os rumos de nossa civilização planetária.

Basta agora pararmos para escutar o que os índios estão a e podem nos dizer sobre nossa ciência, nossa educação e nosso projeto de civilização individualista e obcecada pela razão utilitária (Sahlins, 1979). Não são poucas as contribuições que as vozes indígenas e suas produções intelectuais podem trazer ao jogo de universalidade polifônica a guiar nosso destino acadêmico nas próximas décadas.

Referências

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A Categoria de (Des)Ordem e a Pós-Modernidade na Antropologia. *Anuário Antropológico/86*. Brasília: Ed.UnB/Tempo Brasileiro, 1988. p. 57-73.
- _____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 13-33.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1978.
- DUMONT, Louis. *Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru: EDUSC, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LATOUR, Bruno. *A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1997.
- _____. *Race et histoire*. Paris: UNESCO, 1952.

- LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.